

Processos eleitorais, experiências de gestão e trajetórias de lideranças indígenas do Vale do Javari-AM¹

Rodrigo Oliveira Braga Reis, UFAM
Palavras-chave: eleições; gestão; política indígena

Em 1991, com apoio de instituições como a Pastoral Indigenista da Diocese do Alto Solimões, a Operação Anchieta (atualmente, Operação Amazônia Nativa/OPAN) e o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), jovens lideranças marubo realizaram em Atalaia do Norte o I Encontro dos Povos Indígenas do Vale do Javari. Resultado da articulação feita com lideranças dos povos Marubo, Matsés, Kanamari e Kulina-Pano, este encontro estabeleceu a criação do Conselho Indígena do Vale do Javari (CIVAJA). E, no ano seguinte, foi realizada a I Assembleia dos Povos Indígenas do Vale do Javari dando continuidade ao processo de formação do movimento indígena na região, por meio de sua organização representativa – o CIVAJA. O nascente movimento indígena tinha o desafio de organizar politicamente a diversidade étnica e a pluricidade histórica das relações interétnicas e empreendeu uma ação política de articulação e de aproximação orientada pelo entendimento da necessidade da demarcação contínua e da proteção de seu território. Por meio da constituição de uma unidade política ampla, este movimento conquistou a demarcação da Terra Indígena Vale do Javari (TIVJ), uma das principais experiências em demarcação de área indígena contínua.

A TIVJ é a segunda maior área indígena reconhecida oficialmente pelo Estado brasileiro, com uma extensão de 8.527.000 hectares e um perímetro de aproximadamente 2.068 km, está situada na microrregião do Alto Solimões, no sudoeste do Estado do Amazonas e abrange áreas drenadas pelos rios Javari, Curuçá, Ituí, Itacoai e Quixito, além dos altos cursos dos rios Jutai e Jandiatuba, compreendendo cerca de 85% da área do município de Atalaia do Norte, assim como, terras dos municípios de Benjamin Constant, São Paulo de Olivença e Jutai. Nessa Terra Indígena (TI) vivem cerca de 5519 indígenas² das etnias: Kanamari, Korubo, Kulina-Pano, Marubo, Matis, Matsés (Mayoruna), Tsohon-Djapá, além de grupos “isolados” ou “autônomos”. Devido à sua localização na fronteira com o Peru, integra um “arco de conservação” que conecta várias unidades de proteção ambiental e terras indígenas do Acre e do sudoeste

¹ Trabalho apresentado na 34ª Reunião Brasileira de Antropologia (Ano: 2024)

² Conforme dados do Censo Demográfico 2022. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/9719>
Acesso em: 02 out. 2023.

do Amazonas, com outras unidades de conservação e *comunidades nativas*³ situadas em território peruano, totalizando mais de 24 milhões de hectares de áreas protegidas e reunindo a maior concentração de povos isolados do hemisfério ocidental (Reis, 2024).

Após duas décadas de homologação da TIVJ, o cenário político do movimento indígena do Vale do Javari tem se transformado. O Civaja foi substituído em 2008 pela União dos Povos Indígenas do Vale do Javari (UNIVAJA) e observa-se, desde 2003, o surgimento de associações de abrangência mais restrita, delimitadas pelo pertencimento étnico e/ou pela localização da aldeia. No ano de 2018, registrei a existência de nove organizações: sendo três do povo Marubo, duas Matsés (Mayoruna), uma Matis, uma associação do povo Kanamari, a associação dos Kulina-Pano e a Univaja (Reis, 2024). Atualmente, o movimento indígena do Vale do Javari conta com uma crescente participação feminina, através da associação Mulheres Artesãs Indígenas do Vale do Javari (MAI-VAJ) e da participação em projetos com entidades parceiras, e de jovens, mediante a organização de jovens comunicadores e de estudantes, a exemplo da Rede de Estudantes Indígenas do Vale do Javari (REIVAJ).

Também deve ser considerado na compreensão das transformações no cenário político em que está inserido o movimento indígena do Vale do Javari, a crescente violência dos últimos anos, que se intensificou no ano de 2019 com ações de ameaças a indígenas e funcionários da Funai que atuam na fiscalização territorial e na condução da política de proteção aos povos isolados e de recente contato (Reis; Rapozo, 2022). Neste mesmo ano, em 6 de setembro, o indigenista Maxciel Pereira dos Santos foi assassinado no município de Tabatinga. Em junho de 2022, o indigenista Bruno Pereira⁴ foi assassinado junto ao jornalista britânico Dom Phillips, ambos mortos a tiros, e seus corpos foram esquartejados, incendiados e enterrados em uma área próxima a um

³ “Comunidad Nativa” é a categoria que denomina os territórios indígenas reconhecidos oficialmente no Peru.

⁴ Bruno da Cunha Araújo Pereira (Recife, 15 de agosto de 1980 – Atalaia do Norte, 5 de junho de 2022). Entre 2012 e 2016 atuou como Coordenador Regional da Funai no Vale do Javari, tendo deixado esse cargo após divergências sobre a mediação de conflitos entre indígenas do povo Matis e indígenas Korubo. Em 2018 assumiu a Coordenação-geral de Índios Isolados e de Recém Contatados (CGIIRC) da Funai, período em que chefiou uma expedição, considerada por muitos a maior dos últimos 20 anos, de contato com indígenas isolados, no caso grupos pertencentes ao povo Korubo. Expedição que o projetou nacional e internacionalmente. Em outubro de 2019 foi exonerado do cargo pelo então presidente do órgão indigenista, Marcelo Xavier. Após a exoneração da CGIIRC, Bruno Pereira se licenciou da Funai e passou a atuar como assessor da UNIVAJA, em especial, em um projeto de monitoramento territorial que conta com apoio e financiamento de organizações internacionais, como a WWF, e deu origem às Equipes de Vigilância da UNIVAJA (EVU). Ao longo de sua atuação indigenista na região coordenou e participou de diversas ações de fiscalização, incluindo a destruição de dragas de garimpo, e realizou denúncias que originaram investigações policiais sobre atividades ilícitas e de exploração dos indígenas. Atuação que o envolveu em várias situações conflituosas e violentas e lhe tornou alvo de inúmeras ameaças.

igarapé, nas imediações da TIVJ. Esse crime brutal, que gerou repercussão na imprensa internacional e críticas ao enfraquecimento de instituições ambientais e indigenistas promovido pela gestão de Jair Bolsonaro, ainda não teve seu julgamento concluído. Ainda que não seja objeto de uma análise mais detalhada nesta comunicação, cabe considerar que esta situação impacta as relações interétnicas local e regional, a segurança de indígenas e indigenistas, assim como, a atuação do próprio movimento e das instituições governamentais

O entorno transfronteiriço e urbano da TIVJ, especialmente a partir da relação dos indígenas com a cidade de Atalaia do Norte, é um aspecto relevante para compreensão das relações interétnicas e para a ação política de diferentes lideranças indígenas. O território demarcado não está, de forma alguma, dissociado da cidade, assim como, é possível identificar a dependência da cidade em relação às políticas para sua gestão e proteção, especialmente, na atração e movimentação de recursos humanos e financeiros, responsáveis por grande parte da economia lícita existente em Atalaia do Norte e no seu entorno. Como argumento em Reis (2024), a presença e a conquista da cidade são alimentadas e fortalecem o que foi conquistado, isto é, o território, as políticas de educação e saúde, assim como a própria participação política dos indígenas nas esferas de governo.

A partir da observação etnográfica e da reflexão sobre trajetórias de lideranças indígenas tem sido possível identificar uma série de transformações na política indígena nesta região e a constituição de um novo quadro de relações políticas interétnicas, fortemente marcado pela participação indígena em processos eleitorais e em diversos órgãos e esferas de gestão de políticas públicas, tanto às que se destinam exclusivamente aos povos indígenas quanto à administração pública municipal de Atalaia do Norte.

Neste cenário, que exige destas lideranças conhecer e manejar novas linguagens e novos códigos sociais; constituir novas alianças; se apropriar de diferentes técnicas de produção de conhecimento e de informações, de saberes relacionados ao gerenciamento de parcerias e projetos; compreender a burocracia da política indigenista; disputar e ocupar espaços de tomada de decisão (Conselhos, Conferências, Câmara Municipal, dentre outros) ou mesmo criar novas instâncias de formulação e execução de políticas (Distrito Sanitário Especial Indígena, Secretarias e coordenações municipais), emergem questões sobre os indígenas do Vale do Javari enquanto parte de diferentes redes de poder, da construção de cidades e da própria formação do estado.

As informações e análises relacionadas à temática aqui proposta são apresentadas a seguir em duas seções. Primeiramente, uma síntese das trajetórias de algumas lideranças indígenas do Vale do Javari com ênfase em aspectos centrais e comuns que ajudam a elucidar o envolvimento no movimento indígena, na ocupação de cargos administrativos e de governo e em processos eleitorais. E, a participação nos processos eleitorais, seja na condição de eleitores ou de candidatos, é abordada com mais detalhes na segunda parte.

1. Trajetórias de lideranças e movimento indígena no Vale do Javari

A reconstrução, narração e reflexão sobre trajetórias de lideranças indígenas do Vale do Javari, com foco sobre a participação no processo de organização do movimento indígena, abrangendo as lutas por reconhecimento e demarcação territorial, assim como, por políticas educacionais e de atendimento em saúde, e na atuação em espaços de administração e governo, tem sido parte de investigações e trabalhos recentes (Marubo, 2019, 2022, 2023; Reis, 2018; 2019; 2021; 2024), a partir dos quais se destacam lideranças que participaram da constituição do movimento indígena na região e do processo de demarcação da TIVJ, como: Clóvis Rufino Reis, Darcy Duarth Comapa, Jorge Oliveira Duarte e Amélia Barbosa da Silva (todos Marubo); e Adelson Korá (Kanamari); assim como, os seis vereadores indígenas da legislatura 2017 a 2020 – Adelson Korá (Kanamari), Armando Marubo, Gilson Mayoruna, Makë Turu Matis, Manoel Barbosa (Marubo) e César Nakuá Mayoruna.

Clóvis Reis, Darcy Comapa, Jorge Duarte, Amélia Barbosa da Silva e Adelson Korá participaram da coordenação do CIVAJA, e em 2018 atuavam, respectivamente, como funcionário do Distrito Sanitário Especial Indígena do Vale do Javari (DSEI-VAJ), Secretário Municipal de Assuntos Indígenas (SEMAI) em Atalaia do Norte, Coordenador do DSEI-VAJ, membro da Coordenação de Educação Escolar Indígena da Secretaria Municipal de Educação (CEEI/SEMED) e Vereador de Atalaia do Norte. Atualmente - em decorrência de mudanças no movimento indígena e nas administrações pública, municipal e federal -, Jorge Duarte e Clóvis Reis estão à frente da Associação Marubo de São Sebastião (AMAS), respectivamente nos cargos de presidente e vice-presidente, Adelson Korá é o coordenador do DSEI-VAJ e Darcy Comapa compõe a direção da Articulação das Organizações e Povos Indígenas do Amazonas (APIAM). A SEMAI e a CEEI/SEMED atualmente estão sob a responsabilidade de Jaime Mayoruna e Marina Mayuruna Wadick, respectivamente.

A análise da história das relações interétnicas e, fundamentalmente, das trajetórias de lideranças do Vale do Javari, abordadas mais detalhadamente em trabalhos anteriores (Reis, 2018; 2019; 2021; 2024), fornece múltiplos elementos para a compreensão da relação entre processos de territorialização e política indígena, assim como, com a urbanização na Amazônia. Em todas as biografias analisadas, tenho observado que as atuações políticas, tanto comunitárias quanto de representação fora dos limites do território tradicional, se tornaram possíveis a partir da vivência, com temporalidades diversas, em cidades da região e também de fora dela, como na capital amazonense e em outras, a exemplo de São Paulo e Fortaleza. O ponto de partida para as viagens à cidade de lideranças, como Darcy, Clóvis, Amélia, Jorge, Adelson Korá ou César, está relacionado à busca de escolarização, ao envolvimento com comerciantes e padrões regionais ou à necessidade de tratamentos médicos. E, foi a partir desses deslocamentos e das conseqüentes experiências vivenciadas que se formaram como professores, conheceram lideranças religiosas, estabeleceram contato com indigenistas estrangeiros e nacionais, assim como com lideranças e representantes de organizações indígenas. Seus relatos são marcados por lembranças de relações de alianças e de conflitos que vão moldando suas percepções sobre os não indígenas e ampliando seus conhecimentos, necessários para as conquistas de direitos. E, em diferentes ritmos, todas essas trajetórias se relacionaram com o processo de demarcação que estava em curso. Todas essas experiências são constitutivas, portanto, do processo de formação de lideranças.

A escolarização é um processo fundamental na trajetória pessoal de indígenas que viriam a compor o movimento indígena, especialmente dos Marubo. O acesso ao conhecimento em língua portuguesa, um maior contato e certa familiarização com o meio não indígena favoreceram a atuação enquanto lideranças do CIVAJA no processo de demarcação, na mediação com as lideranças comunitárias e em outros espaços após a terra demarcada. Como observa Javier Ruedas (2001), a fluência na língua portuguesa, o contato e a familiarização com o meio não indígena são elementos que confluíram para a preponderância da participação de jovens, incluindo-se aí Darcy, Clóvis, Jorge e Amélia, nos processos de tomadas de decisão entre os Marubo. No entanto, é necessário destacar o recorte de gênero quanto ao reconhecimento dessas trajetórias. Enquanto homens adquirem prestígio ao aprender a falar a língua portuguesa, se relacionar com não indígenas e atuar politicamente fora dos limites de suas aldeias, mulheres são criticadas e não recebem o mesmo reconhecimento, ainda que atuem e ocupem lugares

de destaque, como no caso de Amélia Barbosa (Marubo, 2023; Reis, 2024) e de Nelly Duarte – indígena Marubo, egressa da graduação em Antropologia da UFAM e Doutora em Antropologia Social pelo Museu Nacional (2022), que recentemente assumiu a Coordenação Regional da Funai para o Vale do Javari –, que relata tanto em sua dissertação (Duarte, 2017a,) quanto em um artigo publicado (Duarte, 2017b), as dificuldades enfrentadas por mulheres indígenas no acesso à educação escolar, e do reconhecimento político de suas trajetórias.

Também têm sido destacada pelos meus interlocutores outras relações e experiências formativas, como: o indigenismo católico, representado por organizações como a Pastoral Indigenista, a OPAN e o CIMI; ONGs e agências de cooperação internacional, como os Médicos Sem Fronteiras (MSF), a Terra dos Homens, o Projeto Integrado de Proteção às Populações e Terras Indígenas da Amazônia Legal (PPTAL) e o Centro de Trabalho Indigenista (CTI); e a própria Funai. As relações com as cidades propiciaram tanto situações de violência e discriminação quanto de diálogo intercultural, formação política e a constituição de uma rede de parcerias com organizações locais, nacionais e internacionais, fundamentais para a constituição das organizações indígenas do Vale do Javari e de seus líderes.

As experiências de viajar como elemento da formação de lideranças e do processo de criação de associações, isto é, da própria constituição do movimento indígena, é parte das narrativas de todas as lideranças do Vale do Javari que tenho acompanhado. Um dos exemplos mais claramente formulados é o apresentado por Darcy Comapa ao se referir aos Tikuna, que “já estavam viajando”, expressão empregada para afirmar que os Tikuna já se encontravam mobilizados e organizados na luta pela demarcação de seus territórios, construindo dessa forma seu protagonismo no movimento indígena brasileiro. Outro exemplo consiste na própria valorização de Darcy em relação às viagens que ele realizou, especialmente no início de sua trajetória, para diferentes localidades do território reivindicado, a outras cidades brasileiras e às estrangeiras, como Genebra em que participou de uma reunião da Comissão de Direitos Humanos da ONU e visitou sedes de outros organismos internacionais (Reis, 2018, 2019, 2024). Viajar, se deslocar, mudar de local de moradia ou de trabalho, não é, no entanto, um elemento novo, exclusivo da relação com o urbano, para as populações indígenas no Vale do Javari. Historicamente, essas populações têm se movimentado entre diferentes localidades, dentro e fora do que é hoje o território reconhecido formalmente pelo

Estado brasileiro, e por diferentes cidades, por diversos motivos associados a estratégias de sobrevivência e de manutenção da atuação política.

Lideranças indígenas, como Clóvis, Darcy e Jorge, e seus parceiros indigenistas, vivenciaram, na década de 1990, os desafios da articulação de uma organização indígena que seja capaz de mobilizar comunidades de diferentes povos, distribuídas em uma imensa área, em um contexto de contínua violência e antagonismo aos direitos indígenas, agravado pela precariedade da atenção sanitária, que era incapaz de apresentar ações de prevenção e tratamento de inúmeras crises, em especial, a exacerbação dos casos de malária e os inúmeros casos e óbitos decorrentes das hepatites virais (Coutinho ([2008] 2021). Para potencializar sua capacidade de mobilização e articulação das comunidades, assim como da produção de informações que subsidiassem adequadamente as inúmeras denúncias feitas ao longo desses anos, foi fundamental a rede de parceiros conquistada pelo CIVAJA, que envolvia desde seus parceiros iniciais – Pastoral Indigenista, CIMI, OPAN –, até as entidades internacionais como MSF, Amigos da Terra e a entidade suíça Terra dos Homens e, ao final desta década e mais voltados às ações de demarcação e proteção do território, as entidades e agentes envolvidos no PPTAL.

No que tange à condução das políticas de atenção à saúde – do movimento indígena, passando pelo controle social, à gestão do DSEI -, a trajetória de Jorge Duarte, que coordenou o CIVAJA entre 2003 e 2005, reúne alguns aspectos que merecem atenção. Antes de ser eleito coordenador do CIVAJA, Jorge foi eleito tesoureiro dessa organização em 1995, fato que marcou sua trajetória de vida, em especial seu processo de escolarização e de socialização fora de sua aldeia natal (Reis, 2024). No momento em que iniciou como tesoureiro, o conselho indígena ainda não possuía recursos suficientes para realização de suas atividades e manutenção das lideranças na cidade, fato que começou a mudar já em 1996:

Aí depois, 1996, a gente conseguiu um projeto, 1997... 1998 foi melhorando, 1999 aí chegou... foi criado o Distrito Sanitário Especial Indígena onde pegou... O CIVAJA pegou esse convênio [com a Funasa] né, aí a gente já tinha uns projetos da Terre des Hommes, Suíça. Tinha um projeto do CTA, Centro de Trabalho Amazônico, parece... aí a gente já tinha dinheiro da demarcação do PPTAL com a FUNAI. (Duarte, 2018, informação verbal)

Essa rede de organizações parceiras e de fontes de financiamento foi significativa para a consolidação do CIVAJA, assim como para a qualificação e

projeção de suas lideranças. E, aos poucos, provocou significativas alterações no quadro de relações interétnicas. Sobre esse processo, é fundamental recuperar a avaliação feita por Jorge Duarte:

(...) a conquista e a luta do movimento indígena é importante, inclusive aqui em Atalaia do Norte, em vários outros lugares no Brasil, minimizou muita coisa, especificamente aqui para o Vale do Javari, que a gente conseguiu trazer os Médicos Sem Fronteiras na época da cólera (...) nós trouxemos o Médico sem Fronteiras, aí a gente trouxe em seguida a criação do DSEI, aí nesse período também a gente conseguiu gerenciar o projeto de acompanhamento da demarcação física do Vale do Javari que era um projeto grande. Esses três projetos tinham oportunidade de trabalhar, de pegar os trabalhadores, isso também foi uma forma que a gente conseguiu *amansar os brancos*, isso ao mesmo tempo valeu muito, porque tinham pessoas que eram contra a demarcação. Aí o CIVAJA pegou esse dinheiro: olha agora nós temos que contratar cento e poucas pessoas pra fazer picada assim... "não eu quero". (...). Aí aqui da região a empresa que ganhou também que pegou esse pessoal, não tô lembrando o nome agora. A empresa também pediu pra gente comunicar que ia ter emprego, era uma briga grande, mas, quando começou assim chegaram atrás de emprego. O Médico Sem Fronteiras também tinha algumas vagas, os médicos ainda falavam: olha vocês não podem contratar qualquer pessoa daqui porque aqui tem muito conflito, se entrar pode ter conflito, então vocês vão escolher o pessoal. Então, jogou no movimento indígena. Falou que a gente ia contratar. Aí chega o Distrito sanitário, olha gente agora a gente vai contratar... Então, isso foi uma forma que foi minimizando a revolta da população local e discriminação, não é que foi acabando não, foi isolando, a partir das oportunidades que a gente deu. (Duarte, 2018, informação verbal; grifo nosso).

A avaliação expressa por Jorge neste depoimento é, para mim, muito significativa, pois esclarece o papel político e econômico que o CIVAJA desenvolveu na região e lança luz para a compreensão das transformações que ocorreriam depois.

Pois bem, seguindo com a comparação das duas trajetórias – a de Jorge e a do CIVAJA no processo de implantação da política de saúde indígena – observa-se que, o até então tesoureiro da organização indígena, é eleito coordenador justamente quando ocorria a chamada “crise CIVAJA-Funasa” e em um dos momentos mais dramáticos do contágio e dos óbitos provocados pelas hepatites virais.

Assim, depoimentos e registros sobre esse período revelam que, no momento em que o CIVAJA passará por um período de perda de recursos, em decorrência dos problemas administrativos do convênio com a Funasa, suas lideranças, em especial seu coordenador, protagonizaram diversas ações de reivindicação e de denúncias sobre o papel da Funasa na condução da saúde indígena, exercendo, desde então, um forte papel de controle social. Cabe destacar que, apesar de seu enfraquecimento na captação e gestão de recursos, somado ao surgimento de novas associações de caráter étnico e

local, até a criação da UNIVAJA, o CIVAJA continuou sendo a referência de organização e representação política. Acrescida a esse complexo quadro, não posso deixar de recuperar a atuação de ONGs, especialmente, a Associação de Apoio a Saúde e Educação no Vale do Javari (ASASEVAJA) e o CTI em ações de educação e saúde, com as quais a organização indígena manteve convênios e parcerias, ainda que em alguns momentos marcadas por divergências.

Após a saída da coordenação do CIVAJA, em 2008, Jorge seguirá sua trajetória política nos espaços relacionados à política de saúde indígena, primeiramente, como Conselheiro Distrital, depois como presidente do Conselho Distrital de Saúde Indígena (Condisi). Em 2011, foi eleito Coordenador do Fórum dos Presidentes de Condisi (FPCONDISI) e passou a integrar o Conselho Nacional de Saúde. E, entre 2016 e 2023, Jorge Marubo foi o Coordenador do DSEI-VAJ, posição que guarda semelhanças com a situação do final dos anos 1990. Afinal, esteve à frente do maior orçamento e de um dos maiores empregadores de mão de obra qualificada do município – motoristas, engenheiros, administradores, técnicos em enfermagem, enfermeiros, dentistas, médicos, psicólogos, assistentes sociais, nutricionistas, antropólogos, dentre outras funções.

Assim, a trajetória de Jorge Marubo condensa experiências políticas, de gestão de recursos e de participação em espaços de governo, que vêm sendo gestadas desde o início dos anos 1990 com a criação do CIVAJA, a luta pela demarcação e a mobilização pelos direitos à educação e à saúde. Quanto ao DSEI-VAJ, uma conquista do próprio movimento indígena, é necessário observar que seu papel ultrapassa a administração de uma política governamental. Além de movimentar recursos financeiros, é um polo de postos de trabalhos para não indígenas da região e de diversos outros locais, mas também (e isso merece uma investigação ainda mais apurada) exerce um importante papel nas escolhas de jovens indígenas e de suas famílias. No convívio, nos últimos anos, com vários indígenas, em diversos espaços, tenho observado um direcionamento cada vez maior para a formação profissional em áreas que podem ser absorvidas pelo DSEI, o que implica, conseqüentemente, nos deslocamentos para a cidade, seja Atalaia do Norte ou outras que possibilitem a realização de cursos de nível técnico e/ou superior.

2. Participação política partidária e as conquistas eleitorais

Darcy Comapa é um dos fundadores do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) em Atalaia do Norte; seu contato com o partido e com suas principais referências no Amazonas – Eron Bezerra e Vanessa Grazziotin – ocorreu durante o período em que coordenou a COIAB. Segundo Darcy, Eron e Vanessa eram os únicos parlamentares que acompanhavam as reuniões e atos do movimento indígena. Também atribui a uma emenda parlamentar de Eron Bezerra a aquisição da sede da COIAB.

A fundação do partido no município ocorreu por volta de 1999, quando Darcy volta à Atalaia do Norte para participar das atividades da demarcação física da Terra Indígena. No ano seguinte, com a conclusão do processo demarcatório e sem uma perspectiva clara de trabalho, Darcy resolveu se candidatar a Vereador. Sua candidatura foi recebida com receio por algumas pessoas e, conforme ele relatou em mais de uma oportunidade, “até o pessoal da FUNAI falaram: Mas como é que tu vais se candidatar? O povo não vai te eleger, porque tu demarcou uma terra com mais de 8 milhões de hectares. Como o povo vai te eleger como vereador?”

Em um contexto adverso para a eleição de um indígena – marcado por ameaças e manifestações violentas como a “revolta dos sem-rio” (Severo, 2000; Reis, 2024) – e em um momento em que havia poucos eleitores indígenas, tanto na cidade quanto nas aldeias, Darcy Comapa sustentou a candidatura e atribuiu sua eleição à atuação no movimento indígena, ao apoio de sua família e dos parentes de sua esposa, a professora Meirele da Costa, que havia conduzido um programa de atividades informativas nas escolas sobre a demarcação da Terra Indígena Vale do Javari, ação que, na opinião de Darcy, contribuiu para o resultado eleitoral.

Atualmente, Darcy avalia que teve muitas dificuldades em seu mandato, por desconhecer o “jogo político”. Ao ser eleito “pensava que ia ter acesso às coisas, que ia ter dinheiro para fazer trabalho com os povos indígenas”, mas, hoje, avalia que estava equivocado. Seguindo orientações de seu partido, fez oposição ao prefeito Rosário Galate, o que acarretou uma forte resistência às suas proposituras – seu único projeto aprovado foi o que criou a SEMAI.

A SEMAI, da qual Darcy foi Secretário entre 2017 e 2020, ainda que tenha sido um projeto aprovado durante o seu mandato, não foi sancionada pelo então chefe do Poder Executivo municipal. Somente no mandato seguinte (2005-2008), para o qual Galate se reelegeu prefeito, a secretaria começou a funcionar. Como já demonstrado na pesquisa de Siqueira (2013), não há registros documentais significativos acerca da

criação e existência dessa secretaria municipal. Inclusive, somente em 2012, conforme projeto de lei sancionado pela ex-prefeita Anete Peres, a SEMAI foi inserida formalmente na estrutura organizacional da Prefeitura de Atalaia do Norte, passando assim a também constar no orçamento municipal. Sem legislação e sem orçamento específico, as atividades da SEMAI têm se pautado, principalmente, na parceria com a Secretaria Municipal de Educação (SEMED), mediante o fornecimento de informações sobre as necessidades das escolas que funcionam na área indígena. Também tem atuado no acompanhamento dos indígenas em procedimentos de expedição de documentos necessários ao acesso a benefícios sociais (Siqueira, 2013; Reis, 2024).

Não obstante sua limitação, trata-se de uma posição na política municipal objeto de diálogo e negociações com prefeitos e prefeitas, assim como, de representação política para e entre os indígenas. Em maior parte do seu período de funcionamento a SEMAI tem sido chefiada por indígenas do povo Marubo, como Manoel Comapa, Lucas Mariano Marubo, Horácio Marubo e Darcy Comapa, tendo também o ex-vereador Make Turu (Matis) ocupado este cargo.

Avalio que os anos de 2017 a 2020, quando Darcy Comapa esteve à frente, tenha sido o período em que a Secretaria alcançou mais destaque no município. Deve-se isso à maior experiência de Darcy nas relações com políticos – atuou em cargos vinculados a secretarias e órgãos estaduais, além da sua experiência no movimento indígena e como vereador – e na mobilização de parceiros, como as universidades. A boa relação com o prefeito de então, Nonato Tenazor, que havia sido seu colega de legislatura (2001 a 2004), também favoreceu sua projeção. A prefeitura disponibilizou um espaço para a SEMAI, contratou alguns apoiadores e liberou, ao longo desse período, recursos que permitiram a Darcy realizar algumas atividades – como o apoio ao censo realizado em 2018 e o *Seminário sobre Políticas Públicas para indígenas na cidade*, realizado nos dias 20 e 21 de novembro do mesmo ano (Reis, 2020; Reis et al, 2020). A atuação dos seis vereadores indígenas e a crescente presença de indígenas na cidade também são consideradas nesta avaliação.

Na atual gestão municipal, iniciada em 2021, indígenas do povo Matsés têm sido designados para coordenar os trabalhos da SEMAI. Primeiramente, foi designado o jovem Assis Mayoruna, substituído depois por Jaime Mayoruna. Jaime tem uma maior vivência na cidade e na relação, tanto com o movimento indígena quanto com órgãos indigenistas, tendo trabalhado na SESAI e na FUNAI, e possui formação de nível superior realizada no Estado de São Paulo – graduação em Ciências Sociais (UFSCAR)

e mestrado em Antropologia (USP). Contudo, para os fins e limites desta comunicação, não reuni informações que permitam avaliar os últimos anos de atuação dessa secretaria.

Somente em 2012 um indígena voltou a ser eleito Vereador em Atalaia do Norte, o Marubo Manoel Barbosa, conhecido como Manoel Chorimpa – irmão de Amélia Barbosa e Paulo Barbosa, este que até fevereiro de 2023 era o coordenador da UNIVAJA⁵. E, nas eleições municipais de 2016, a “abertura de caminho”, mencionada por Darcy, ganhou força com a eleição de indígenas para seis das onze vagas da Câmara Municipal: os Marubo Manoel Chorimpa (em seu segundo mandato) e Armando Marubo, os Matsés Gilson Mayoruna e César Mayoruna, o Matis Marke Turu e Korá Kanamari, este último presidente da Câmara de Vereadores (2017-2018) (Quadro 1).

Quadro 1 – Desempenho dos indígenas candidatos a vereador (2016)

Ano	Candidato (Povo)	Total de votos
2016	Antonio Rufino (Tikuna)	7
	Armando Marubo* (Marubo)	226
	Cesar Mayoruna* (Matsés)	210
	Gilson Mayoruna* (Gaúcho) (Matsés)	143
	João Kokama (Kokama)	20
	Kadji Kanamari (Kanamari)	20
	Kora Kanamari* (Kanamari)	171
	Manoel Chorimpa* (Marubo)	134
	Maria José Lopes Magalhães (Bola) (Kanamari)	65
	Marke Turu* (Matis)	157

Legenda: *=Eleito; Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas (TRE-AM)

Para Darcy Comapa, foi uma grande satisfação a eleição de seis vereadores indígenas em Atalaia do Norte, contudo, desde a sua experiência, ele ressalta três preocupações. Primeiramente, a de não adotar uma posição fechada entre ser da base de apoio ou fazer oposição ao Prefeito. Segundo, que os atuais vereadores tomem cuidado com a política de troca de favores e de dinheiro, pois, “só aumenta o poder político de quem tem dinheiro”. E, por fim, que se deve ter cuidado com as divisões e o possível excesso de candidaturas indígenas para vereador nas próximas eleições. Tal preocupação converge com o resultado das eleições municipais de 2020, em que o número de candidatos indígenas quase que dobrou em relação a 2016, e o número de vereadores indígenas eleitos diminuiu, sendo reeleito o vereador César Mayoruna e Analimar Dias Castelo Branco (Kanamari), que alcançou seu primeiro mandato (Quadro

⁵ Paulo Barbosa, foi professor e coordenador da UNIVAJA por aproximadamente dez anos. E atuou, ao lado do indigenista Bruno Pereira, na criação das Equipes de Vigilância da Univaja (EVU). Infelizmente, faleceu em 03 de fevereiro de 2024 em decorrência de um frágil quadro de saúde desenvolvido pela contaminação por uma hepatite viral.

2). Após o seu mandato de Vereador, Darcy Comapa atuou na Gerência de Agricultura Indígena da Secretaria Estadual de Produção Rural (SEPROR) e como Assessor da Secretaria de Estado para os Povos Indígenas (SEIND), além da atuação como secretário da SEMAI. Não obstante as dificuldades encontradas em seu mandato de Vereador e em sua participação, e de outras lideranças, em cargos públicos – eletivos ou não –, Darcy é um defensor entusiasta da participação de indígenas na política (Reis, 2018; 2024).

Quadro 2 – Desempenho dos indígenas candidatos a vereador (2020)

Ano	Candidato (Povo)	Total de votos
2020	Adauto Capistana Mauricio Kulina (Kulina-Pano)	17
	Alciney Rodrigues Dorlis (Marubo)	78
	Alfredo Barbosa da Silva Marubo (Marubo)	165
	Analimar Dias Castelo Branco* (Kanamari)	227
	Armando Mário da Silva (Marubo)	88
	Bushe Matis (Matis)	73
	Cesar Nakua Mayuruna * (Matsés)	194
	Edimilson Nakua Mayoruna (Matsés)	122
	Everest Kokama (Kokama)	44
	Ewerton Oliveira Reis (Marubo)	127
	Gilson Mayuruna (Matsés)	48
	Israel Enes de Oliveira (Marubo)	68
	Kora Kanamari (Kanamari)	47
	Manoel Ivan Reis Batalha (Marubo)	55
	Marke Turu (Matis)	118
	Pepy Mayuruna (Matsés)	85
	Vitor da Silva Mayuruna (Matsés)	83

Legenda: *=Eleito; Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas (TRE-AM)

Um aspecto a ser considerado nas análises sobre as mudanças da participação na política eleitoral é o funcionamento de locais de votação no interior da TIVJ a partir das eleições de 2014. Anteriormente, os indígenas aptos a votar precisavam se deslocar à cidade de Atalaia do Norte para exercer o seu direito, situação que no ano de 2012 foi evidenciada a partir de denúncias de compras de votos, abandono na cidade e até mesmo da morte de cinco crianças indígenas. Os relatos de representantes da UNIVAJA, de indigenistas e de moradores de Atalaia do Norte informam que aproximadamente mil indígenas chegaram à cidade em cem embarcações. O combustível para o deslocamento até a cidade teria sido fornecido por representantes de coligações partidárias, no entanto, após a votação os eleitores indígenas e os familiares que os acompanhavam foram abandonados sem recursos para o combustível. Impossibilitados portanto de retornar às aldeias, permaneceram por semanas em canoas

ancoradas no porto da cidade, sem recursos para alimentação e sem acesso à água potável e saneamento básico. Essas condições precárias provocaram casos de desnutrição e um surto de diarreia no grupo, que levou à morte cinco crianças com sintomas da doença (BRASIL, 2012; 2014; BRASIL, 2015).

O então Coordenador Regional da Funai para o Vale do Javari, Bruno Pereira, chegou a alertar sobre os riscos relacionados ao deslocamento dos indígenas, em virtude das eleições, em reunião realizada nos dias 26 e 27 de setembro de 2012, promovida pela Associação Indígena Matis (AIMA), da qual teriam participado representantes da Funai, da Frente de Proteção Etnoambiental do Vale do Javari, do Dsei-Vale do Javari, do CIMI, do CTI e da Secretaria Municipal de Saúde, sem ter, no entanto, alcançado a adoção de medidas que evitassem a trágica situação. Coube, assim, à própria Funai custear o combustível para o retorno às aldeias (BRASIL, 2014; BRASIL, 2015).

Em virtude da repercussão dessa trágica situação, desenvolveu-se entre os anos de 2012 e 2014 o processo para a instalação de seções eleitorais no interior da TI Vale do Javari. Inicialmente a Coordenação Regional da Funai, em parceria com o Tribunal Regional Eleitoral, realizou um estudo sobre os possíveis locais de implantação das seções eleitorais nas aldeias, “levando em consideração questões geográficas, logísticas e étnicas, onde as diversas aldeias pudessem ser atingidas, não só viabilizando a logística de urnas eletrônicas e técnicos pelo TRE, como o transporte dos eleitores de suas aldeias para os locais de votação”. A partir desse estudo foi definida a instalação de seis seções eleitorais (Quadro 3) contemplando as áreas de localização das aldeias dos diferentes povos da TI e a estrutura preexistente, especialmente os polos de saúdes do DSEI-Vale do Javari (BRASIL, 2015).

Quadro 3 – Seções eleitorais instaladas no interior da TI Vale do Javari em 2014

Zona Eleitoral	Seção N°	Comunidade/Povo	Povos atendidos e área de abrangência	Local de instalação das urnas
42ª – Atalaia do Norte	25	São Luiz/Kanamari	Kanamari; Matsés e Kulina-Pano do médio rio Javari	Polo Base de Saúde Aldeia São Luiz
	26	Lobo/Matsés	Matsés do alto Jaquirana	Polo Base de Saúde Aldeia Lobo
	27	Vida Nova/Marubo	Marubo do baixo e alto rio Ituí	Polo Base de Saúde Vida Nova
	28	São Sebastião/Marubo	Marubo do médio e alto rio Curuçá; Matsés do rio Pardo	Polo Base de Saúde São Sebastião

			e do baixo rio Curuçá	
29	Remansinho/Kanamari	Kanamari do baixo e alto rio Itacoai	Anexo da Escola Estadual Pio Veiga	
30	Paraíso/Matis	Matis dos rios Branco e Coari	Polo Base de Saúde Paraíso	
Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas				

No ano de 2014, o processo avançou com ações do Cartório Eleitoral de Atalaia do Norte para o recadastramento dos eleitores indígenas. Antes cadastrados para votar na sede municipal, agora deveriam mudar seu local de votação para seção mais próxima de sua aldeia, etapa que contou também com o apoio da SESAI/MS. Essas ações de recadastramento foram realizadas no interior da TIVJ e foram ressaltadas em matéria de divulgação institucional do TRE-AM como “especialmente difíceis, pois foram as primeiras realizadas pelo TRE-AM dentro das aldeias, dada a distância entre a sede do município e cada comunidade que iria receber uma seção de votação”. Concluído o recadastramento dos indígenas a tempo de poderem votar nas eleições daquele ano nas novas seções, coube à FUNAI planejar a “logística de mobilidade dos indígenas para acessarem as seções e as estruturas físicas nas aldeias”. É destaque também da matéria veiculada pela Justiça Eleitoral as distâncias percorridas, tanto para as ações de recadastramento quanto no dia da votação. “As urnas e os técnicos de transmissão percorreriam os 1.136 km de Manaus à Atalaia do Norte em avião e iriam para as aldeias por helicópteros, em 4 diferentes rotas, que totalizaram mais de 9 mil quilômetros, nos dois turnos. Ao todo, foram 11.163 km de voo, percurso equivalente à distância entre Brasília e Moscou”. Cabe ainda destacar que os indígenas atuaram como mesários de todas as seções de votação, que foram presididas por servidores da Funai (BRASIL, 2015).

Passados oito anos dessa iniciativa, para as eleições de 2022 os 1518 eleitores indígenas cadastrados para votar no interior da TI Vale do Javari contaram com 11 Seções eleitorais distribuídas em 7 aldeias, conforme o quadro abaixo (Quadro 4).

Quadro 4 – Seções eleitorais instaladas no interior da TI Vale do Javari em 2022

Zona Eleitoral	Seção N°	N° de eleitores	Comunidade/Povo	Povos atendidos e área de abrangência	Local de instalação das urnas
42 ^a	25	170	São Luiz/Kanamari	Kanamari; Matsés e Kulina-Pano do médio rio Javari	Polo Base de Saúde Aldeia São Luiz

26	149	Lobo/Matsés	Matsés do alto Jaquirana	Polo Base de Saúde Aldeia Lobo
34	149			
27	149	Vida Nova/Marubo	Marubo do baixo e alto rio Ituí	Polo Base de Saúde Vida Nova
31	165			
28	87	São Sebastião/Marubo	Marubo do médio rio Curuçá; Matsés do rio Pardo e do baixo rio Curuçá	Polo Base de Saúde São Sebastião
33	96			
29	123	Remansinho/Kanamari	Kanamari do baixo e alto rio Itacoái	E. M. Braz Tukuna
32	142			
30	163	Paraíso/Matis	Matis dos rios Branco e Coari	Polo Base de Saúde Paraíso
37	125	Maronal/Marubo	Marubo do alto rio Curuçá	E. M. José Rodrigues de Almeida
Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas (TRE-AM)				

Compreendo que os impactos da votação nas aldeias carecem de uma investigação mais detalhada, incluindo tanto a análise dos resultados das eleições realizadas a partir de 2014, quanto o desenvolvimento de atividades de pesquisa junto às lideranças e moradores de comunidades da TIVJ. Contudo, considerando algumas histórias relatadas e o acompanhamento dos debates e mobilização política a partir da cidade, teço algumas reflexões.

Primeiramente, há de se concordar que a menor dependência de recursos financeiros para custear os longos e caros deslocamentos até a sede municipal representa uma mudança significativa, em especial, quando comparada aos eventos trágicos de 2012. Há também uma tendência a maior participação de indígenas nas votações. No entanto, há outros aspectos a serem observados no que tange às estratégias eleitorais e ao controle dos votos.

Voltando ao Quadro 6, podemos observar que, com exceção das seções 25 e 28, os votantes pertencem ao mesmo povo; e cada seção abrange um conjunto de comunidades vizinhas, favorecendo, assim, a concentração de eleitores das redes próximas de aliança e parentesco. Logo, é possível calcular e traçar estratégias eleitorais baseadas em critérios de pertencimento étnico e parentesco. Consequentemente, os resultados de cada seção possibilitam avaliar a influência e aceitação dos candidatos ou, dito em outros termos, seu desempenho eleitoral a partir dos mesmos critérios. No Quadro 5, a seguir, esboço uma sistematização dos resultados eleitorais de indígenas

candidatos ao cargo de vereador, nos pleitos de 2020 e 2016, considerando a votação nas seções do interior da TI.

Quadro 5 – Desempenho eleitoral dos candidatos indígenas a vereador nas seções da TIVJ

Ano	Candidato (Povo)	Votos por seção da TI						Total de votos (na TI)
		25	26	27	28	29	30	
2020	Adauto Capistana Mauricio Kulina (Kulina-Pano)	-	-	-	-	-	-	0
	Alciney Rodrigues Dorlis (Marubo)	-	-	6	60	-	-	66
	Alfredo Barbosa da Silva Marubo (Marubo)	-	-	126	8	-	-	134
	Analimar Dias Castelo Branco* (Kanamari)	6	-	-	-	185	-	191
	Armando Mario da Silva (Marubo)	-	-	48	-	-	-	48
	Bushe Matis (Matis)	-	-	-	-	-	60	60
	Cesar Nakua Mayuruna * (Matsés)	-	109	-	33	-	-	142
	Edimilson Nakua Mayoruna (Matsés)	12	33	-	23	-	-	68
	Everest Kokama (Kokama)	-	-	-	-	-	-	0
	Gilson Mayuruna (Matsés)	-	40	-	-	-	-	40
	Israel Enes de Oliveira (Marubo)	-	-	63	-	-	-	63
	Manoel Ivan Reis Batalha (Marubo)	-	-	2	1	-	-	3
	Kora Kanamari (Kanamari)	31	-	-	-	2	-	33
	Marke Turu (Matis)	-	4	-	-	-	81	85
	Ewerton Oliveira Reis (Marubo)	-	-	1	44	-	-	45
	Pepy Mayuruna (Matsés)	21	21	-	5	-	-	47
	Vitor da Silva Mayuruna (Matsés)	-	19	-	12	-	-	31
Votos para candidatos não indígenas	38	22	10	12	32	4	118	
2016	Antonio Rufino (Tikuna)	-	-	-	5	-	-	5
	Armando Marubo* (Marubo)	-	-	164	7	-	-	171
	Maria José Lopes Magalhães (Bola) (Kanamari)	-	-	-	-	16	-	16
	Cesar Mayuruna* (Matsés)	29	72	-	51	-	-	152
	Gilson Mayuruna* (Gaúcho) (Matsés)	-	117	-	-	-	-	117
	João Kokama (Kokama)	-	-	-	-	-	-	-
	Kadji Kanamari (Kanamari)	-	-	-	-	6	-	6
	Kora Kanamari* (Kanamari)	39	-	-	-	106	-	145
	Manoel Chorimpa* (Marubo)	-	-	11	64	-	-	75
	Marke Turu* (Matis)	-	5	-	6	-	100	111
Votos para candidatos não indígenas	11	6	1	10	1	3	32	

Legenda: *=Eleito; Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas (TRE-AM)

Considerando o quadro acima, podemos observar as relações mencionadas entre pertencimento étnico/parentesco e os resultados da votação por seções eleitorais: Seção 25 – receberam votos somente candidatos Kanamari e Matsés; Seção 26 – todos os candidatos Matsés receberam votos e ainda o candidato do povo Matis; Seção 27 – todos os Marubo receberam votos nessa seção, porém, com uma grande preferência aos três candidatos pertencentes ao grupo de aldeias do alto rio Ituí – região atendida por essa seção –, Alfredo, Armando e Israel; Seção 28 – os votos são direcionados preferencialmente a candidatos Marubo e Matsés, mas também foram contemplados o Matis Marke Turu e Antônio Rufino, que era esposo da mãe de Clóvis Reis (Marubo); Seção 29 – somente candidatos Kanamari; e Seção 30 – somente votos para candidatos Matis.

Quanto à votação dos candidatos não indígenas nessas seções, observamos um salto significativo de 32, em 2016, para 118, em 2020, o que, provavelmente, resulta de uma mudança na estratégia de grupos políticos que passaram a direcionar mais esforços e recursos para a campanha eleitoral nas aldeias. Uma investigação mais detalhada sobre a trajetória profissional e política desses candidatos permitiria uma melhor compreensão sobre as alianças envolvidas, contudo, numa breve e preliminar análise já é possível identificar nesse grupo a presença de funcionários e ex-funcionários da Funai e da SESAI, enfermeiros, indigenistas e pessoas com uma certa trajetória política no município, como ex-vereadores e ex-secretários municipais. Tais aspectos já possibilitam imaginar a operacionalização de alianças. Por outro lado, é significativo que os dois candidatos Kokama não tenham recebido nenhum voto nas seções instaladas no interior da TI Vale do Javari, pois, há anos, os indivíduos pertencentes a esse povo que vivem em três comunidades (Paumari, São Pedro do Norte e Nova Aldeia) situadas no baixo curso do rio Javari enfrentam oposição de lideranças do Vale do Javari acerca de suas reivindicações de demarcação territorial e de reconhecimento étnico.

Uma outra possibilidade emergente com a instalação de seções eleitorais na TIVJ diz respeito ao controle do voto, tanto o que pode ser exercido pelos próprios indígenas, quanto por partidos políticos, coligações e, especialmente, candidaturas majoritárias. Na primeira situação, dois relatos que me foram feitos em forma de anedotas ajudam a entender a questão. O pleito eleitoral de 2014 foi o primeiro a contar com a votação nas aldeias do Vale do Javari; era, portanto, uma situação inédita para todos os envolvidos – eleitores, candidatos e a justiça eleitoral. Diante disso, contou-me

o vereador Marke Turu, os Matis que votariam na aldeia Paraíso definiram por “testar a urna”. Combinaram então que todos votariam no mesmo candidato a Governador no primeiro turno e que no segundo turno fariam o mesmo, porém, dando seus votos a um candidato diferente. Assim, eles poderiam verificar se seus votos estavam realmente sendo registrados na urna eletrônica.

O segundo relato eu escutei na aldeia Lobo, em dezembro de 2018, durante uma das etapas locais da 6ª CNSI. Em um dos intervalos, funcionários não indígenas da SESAI comentavam descontraidamente que as lideranças da aldeia ficaram indignadas ao saberem que o candidato Jair Bolsonaro havia recebido um voto na urna ali instalada. Somente após alguns dias e várias conversas buscando identificar a pessoa da comunidade que teria dado esse voto, chegaram à conclusão de que havia sido um agente responsável pela segurança da urna, cadastrado para votar em trânsito. Após as eleições de 2018, também escutei comentários indignados sobre votos destinados ao candidato Jair Bolsonaro na seção instalada na aldeia Vida Nova, os quais foram atribuídos à influência de missionários evangélicos ali estabelecidos desde os anos 1960.

Essas narrativas e repercussões sobre as votações nas seções eleitorais instaladas no interior da TIVJ, ainda que não sejam confirmados em sua totalidade pela apuração dos votos, são exemplos significativos dos mecanismos de controle exercidos pelos indígenas: a desconfiança e a necessidade de “testar as urnas”, a investigação sobre um voto diferente do esperado e a condenação do comportamento de eleitores ligados a grupos missionários. Comparando as situações relatadas aos votos apurados, não há correspondência imediata com o relato de Marke Turu. No entanto, no segundo turno das eleições de 2018, na aldeia Lobo a votação para Presidente teve o seguinte resultado: Fernando Haddad (PT) - 217; Jair Bolsonaro (PSL) – 1; Nulo – 10. Enquanto que em Vida Nova, o candidato Fernando Haddad recebeu 170 votos e Jair Bolsonaro 4. Nas demais seções da TI, o candidato do PSL não recebeu nenhum voto (TRE-AM).

Deste modo, essas seções eleitorais que, até o momento, separadamente não chegam a ter 200 eleitores, estimulam a adoção de estratégias diferenciadas nos processos eleitorais, assim como, durante o exercício dos mandatos de vereadores e prefeitos, sejam eles indígenas ou não indígenas.

Corroborando as análises de Verdum e Paula (2020), processos como esse no Vale do Javari se vinculam à crescente participação indígena nas disputas eleitorais, no

entanto, “são escassas as pesquisas no campo da etnologia indígena, e das Ciências Sociais de modo geral, que tenham como objeto privilegiado de análise e reflexão a relação entre povos indígenas e o sistema político institucional brasileiro” (p.10). Trata-se, portanto, de um campo aberto para pesquisas de caráter qualitativo, especialmente as etnográficas, assim como de diálogo com a produção acadêmica sobre a relação entre povos indígenas e sistemas políticos institucionais nos diferentes países latino-americanos, a exemplo dos artigos reunidos na coletânea organizada pelos dois autores acima mencionados e de outros trabalhos, como a coletânea organizada por A. Surralles, O. Espinosa e D. Jabin (2016) , além da tese de Fernando Garcia Serrano (2021).

Referências

- BRASIL. Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas. Atalaia do Norte: Justiça Eleitoral levando a cidadania cada vez mais longe. 16 de abril de 2015. Disponível em: <https://www.tre-am.jus.br/imprensa/noticias-tre-am/2015/Abril/atalaia-do-norte-justica-eleitoral-levando-a-cidadania-cada-vez-mais-longo> Acesso 23 mai. 2022
- BRASIL, Kátia. Índios ganham gasolina para votar, mas não têm como voltar. Folha de São Paulo, 11/10/2012. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/71371-indios-ganham-gasolina-para-votar-mas-nao-tem-como-voltar.shtml> Acesso em: 28 mai. 2022
- BRASIL, Kátia. Para impedir a compra de votos, Justiça Eleitoral faz eleições dentro da reserva Vale do Javari, no Amazonas. Amazônia Real, 08/10/2014. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/para-impedir-a-compra-de-votos-justica-eleitoral-faz-eleicoes-dentro-da-reserva-vale-do-javari-no-amazonas/> Acesso 23 mai. 2022
- COUTINHO, W. Hepatopatias no Vale do Javari: virulento agravo à saúde indígena e afronta aos direitos humanos [2008]. In: COUTINHO, W. *Vale do Javari: indigenismo e antropologia*. Embu das Artes, SP: Alexa Cultural; Manaus, AM: Edua, 2021.
- DUARTE, N. *Noke Mevi Revôsho Shovima Awe*. ‘o que é transformado pelas pontas das nossas mãos’: o trabalho manual dos Maubo do rio Curuçá. Dissertação de Mestrado (Antropologia Social). Rio de Janeiro: Museu Nacional/UFRJ, 2017a.
- DUARTE, N. Minha vida como estudante no mundo dos brancos. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 60, n. 1, p. 47–54, 2017b.
- MARUBO, Josileno E. *Vereadores Indígenas e a política institucional legislativa no município de Atalaia do Norte*. Relatório Final (Iniciação Científica). UFAM, 2019.
- MARUBO, Josileno Estevão. *Política indígena e (a luta por) educação no Vale do Javari*. Relatório Final (Iniciação Científica). UFAM, 2022.
- MARUBO, Josileno Estevão. *Trajetória de lutas e conquistas do povo Marubo sobre a política escolar indígena no Vale do Javari/AM*. Monografia (Bacharelado em Antropologia). UFAM, 2023. Disponível em: <http://riu.ufam.edu.br/handle/prefix/6916> Acesso em: 04 jul. 2024

- REIS, Rodrigo. *Panã, o espírito do pássaro falante e a luta dos povos indígenas da Amazônia*. 2018. Disponível em: <https://osbrasisesuasmemorias.com.br/wpcontent/uploads/2018/04/Biografia-Darcy.pdf> Acesso em: 04 jul. 2024
- REIS, Rodrigo. Trajetórias de luta e a construção de uma política indígena no Vale do Javari - Amazonas. *Anais do 3º Congresso Internacional Povos Indígenas da América Latina* (CIPIAL), 2019.
- REIS, Rodrigo. Das “aldeias” à “cidade” e da “cidade” às “aldeias”: mobilidade, política e presença indígena em Atalaia do Norte-AM. *Anais da 32ª RBA* [recurso eletrônico]. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Antropologia, 2020.
- REIS, Rodrigo. Transformações Geracionais e a luta em defesa do território no Vale do Javari – Am. In: BARCELLOS, Sérgio Botton (org.). *Juventude rural e conflitos socioambientais no Brasil: existências e resistências*. Curitiba: Appris, 2021.
- REIS, Rodrigo. *Política Indígena no Vale do Javari: a luta pelo território e a conquista da cidade*. 2024. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.
- REIS, R. et. al. Povos indígenas do Vale do Javari e o perfil sociodemográfico na cidade de Atalaia do Norte – AM. *Cadernos de Estudos Socioambientais*, v. 1, n. 1, p. 1–31, 2020. Disponível em: <http://periodicos.uea.edu.br/index.php/ces/article/view/1825>. Acesso em: 05 jul. 2024.
- REIS, Rodrigo; RAPOZO, Pedro. Povos indígenas e os conflitos socioambientais na região transfronteiriça Brasil-Peru. In: CARDIN, Eric; ALBUQUERQUE, José Lindomar. (orgs.). *Fronteiras, Deslocamentos e suas Dinâmicas Sociais*. Uberlândia: EDUFU, 2022.
- RUEDAS, J. *The Marubo Political System*. Tese de Doutorado. Tulane University, 2001.
- SERRANO, Fernando García. *Del sueño a la pesadilla: el movimiento indígena en Ecuador*. Editorial FLACSO Ecuador, 2021.
- SEVERO, G. A revolta dos pescadores no Vale do Javari. *Amazônia vinte e um*, p. 20–23, mar. 2000b.
- SIQUEIRA, C. de A. Trajetória da Secretaria Municipal de Assuntos Indígenas – SEMAI/Atalaia Do Norte: Entre políticas indígenas e políticas indigenistas. Monografia de Graduação. Universidade Federal do Amazonas, 2013.
- SURRALLÉS, Alexandre; ESPINOSA, Óscar; JABIN, David. *Apus, caciques y presidentes: Estado y política indígena amazónica en los países andinos*. IWGIA, IFEA & PUCP, 2016.
- VERDUM, R.; PAULA, L. R. de (ed.). *Antropologia da política indígena* [livro eletrônico]: experiências e dinâmicas de participação e protagonismo indígena em processos eleitorais municipais (Brasil - América Latina). Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Antropologia, 2020.